

editorial p 3 Nada além de quatro anos

Os parlamentares que se incumbem de elaborar a Constituição a ser promulgada neste ano devem dar sua melhor atenção ao resultado da pesquisa publicada em nossa edição do último domingo, que revela a escassíssima credibilidade do governo Sarney entre os paulistanos. Afinal, trata-se de uma avaliação de tendências da opinião pública na maior cidade do maior estado do País — a locomotiva que puxa o trem da Federação. Pois bem, a população de São Paulo, depois de o presidente da República ter afirmado que sua gestão é a melhor da década (na qual só houve mais uma, a do general João Baptista Figueiredo) em "termos de crescimento", discorda maciçamente da assertiva: 80% dos que foram ouvidos têm opinião contrária. Quem, de bom senso e de boa-fé, haveria de censurá-los? Sonha o sr. José Sarney em permanecer por cinco anos no Palácio do Planalto, ao arrepio da vontade do povo. Pois nada menos de 89% dos entrevistados se recusam a aceitar esse quinquênio. O quadriênio parece até demasiado — talvez se pudesse acrescentar —, tão profunda e insidiosa é a crise nacional, político-social e econômico-financeira.

Comparar-se aos seis anos de governo do general Figueiredo é demais, tomada essa palavra no sentido

de abuso. A verdade, porém, é que a Novíssima República (considerando-se que a Nova República apareceu natimorta, com Tancredo Neves) provoca uma certa saudade da administração de 15 de março de 1985. Com todos os pecados mortais que lhe devem ser reconhecidos, teve ela lampejos que mostram, aqui e ali, alguma superioridade, estabelecido o cotejo entre os primeiros cinco dos anos 80 e este último lustro, tão mal-iniciado, do decênio. Sobretudo no tocante à condução da economia. Não se concebe que a República Velha aderisse a uma aventura do tipo Plano Cruzado, nem que se deixasse encilhar pela demagogia e decretasse a ridícula moratória para sustar o pagamento do juro da dívida externa. Os brasileiros que viajam nestes dias ao Exterior passam pelo dissabor de constatar o descrédito a que sua nação foi lançada, graças a atitudes que se caracterizam por um primarismo que evoca o malsinado período goulartiano. Se do Brasil, nos anos 60, se dizia que não era um país sério, que é que se dirá hoje, tão constantes são as demonstrações de imaturidade e incompetência dos homens que detêm as funções de go-

ESTADO DE SÃO PAULO

verno. Isso, para dizer o menos. Porque a grande nódoa da corrupção que

atinge o aparelho burocrático não aparece apenas dentro das fronteiras do território. No mundo cada dia menor não se esconde mais nada de ninguém. Na mesma página da edição que divulgou respostas à pesquisa que é objeto deste comentário se revelam lances do aliciamento a que se dedicam titulares do poder, a fim de garantir os cinco anos desejados pelo presidente da República para dar conta de seu esforço de fazer "tudo pelo social", incluindo a maior inflação da história, a ferrovia Norte-Sul etc. Pode ser que a meta ambiciosa seja conquistada, e o sr. José Sarney passe a faixa presidencial a seu sucessor em 1990. Mas a que preço? E a que risco? O preço será escorchante, significando uma deterioração de costumes e um retrocesso administrativo brutais. O risco é o de, diante de um estado de coisas que prenuncia o caos, sobrevir aquilo que o senador José Richa denomina a "ruptura institucional", perdendo-se, então, todo o progresso registrado na transição para um regime de liberdade, que restaure as franquias democráticas abolidas desde que se sepultou a Constituição de 1946.

É bom que os congressistas parem para pensar no problema com que se defrontam, debatendo e votando a nova Lei Magna. Na hipótese

de se submeterem aos desígnios de cima, caberá a eles responsabilidades de ter prolongado isto que aí está, aos olhos de todos, e constitui deplorável situação, o governo descreditado, sob todos os aspectos perante a opinião pública, que só quer vê-lo despedir-se e partir. O que se espera deles é que reconheçam sua obrigação e antecipem o desfecho do drama, abrindo perspectivas sem dúvida muito melhores para uma ampla renovação da cúpula do poder, a ser coniado pelo menos a quem emergindo de uma sentença de urnas livres, pelo voto direto, chefe o Estado com o discernimento, afeiçoado a padrões de probidade administrativa e de eficiência no trato dos problemas nacionais. Resolvê-los equivaletamente, sem mais delongas, mas, ao mesmo tempo, restabelecer o prestígio da autoridade. Esta nunca foi tão diminuída, seja pelo desacerto de decisões fatais, seja pelo labéu de desonestidade que alcança os mais altos escalões da República.

Os brasileiros que vivem em São Paulo deram, por expressiva maioria, bilhete azul aos governantes. Os constituintes a que se reserva a tarefa de construir o novo regime, fadado a redimir o Brasil dos erros do passado recente, não podem ignorar essa eloquente manifestação de opinião.

AUC